

Universidade Estadual de Campinas
Faculdade de Educação

Karla Gimenes Tanaka

DISCUTINDO GÊNERO: considerações necessárias

Campinas
2019

Universidade Estadual de Campinas
Faculdade de Educação

Karla Gimenes Tanaka

DISCUTINDO GÊNERO: considerações necessárias.

Trabalho apresentado como requisito para
obtenção do título de Pedagoga pela Universidade
Estadual de Campinas, sob orientação do Prof.
Drº. Silvio Donizetti de Oliveira Gallo.

Campinas

2019

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Educação
Rosemary Passos - CRB 8/5751

T153d Tanaka, Karla Gimenes, 1984-
Discutindo gênero : considerações necessárias / Karla Gimenes Tanaka. –
Campinas, SP : [s.n.], 2019.

Orientador: Silvio Donizetti de Oliveira Gallo.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Estadual de
Campinas, Faculdade de Educação.

1. Gênero. 2. Feminismo. 3. Educação. 4. Sexualidade. I. Gallo, Silvio
Donizetti de Oliveira, 1963-. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de
Educação. III. Título.

Informações adicionais, complementares

Titulação: Pedagoga

Data de entrega do trabalho definitivo: 12-07-2019

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe por tudo, por sempre. Pelo amor, pelo cuidado, pela dedicação, pela confiança, por me incentivar a voar!

Agradeço ao professor Silvio Gallo, orientador desse trabalho, pelas aulas na graduação, pelas ideias compartilhadas, pela compreensão de sempre e pelo incentivo às práticas de liberdade que inspira! Agradeço à professora Carol Catini, segunda leitora, pelas aulas, pelas ideias compartilhadas, pela amizade, pelo incentivo, e pela mulher inspiradora que é! Agradeço à Simone, diretora da Biblioteca da Faculdade de Educação, que também me incentivou nesse trabalho, sendo orientadora do projeto SAE-BAEF, sempre atenciosa e compreensiva!

Agradeço a todos os bons professores que encontrei na graduação! Agradeço à Unicamp, instituição pública, gratuita e de qualidade, que me proporcionou experiências valiosas, me abriu muitas portas e me fez ver novos horizontes! Agradeço também aos funcionários que tornam nossos dias possíveis na universidade, principalmente aos da Faculdade de Educação e da coordenação da Pedagogia, sempre simpáticos e atenciosos!

Agradeço às amigas que fiz nesse caminho, às companheiras de curso Beatriz Barbosa, Nathalia Toledo, Hugo Leo, Marta Menezes; e tantas outras amigas que fiz aqui, agradeço!

Agradeço à Escola de Capoeira Angola Resistência, aos núcleos da Faculdade de Educação e da Moradia Estudantil, pela capoeiragem, pela camaradagem, pela vadiação, por todos os ensinamentos!!! Pela amizade, em especial, à Mariana, minha mana, que tanto me inspira!

Agradeço à todas as pessoas que, fora da universidade, também incentivaram minha formação acadêmica e profissional, me ofereceram apoio e inspiração, fizeram minha vida mais alegre e de alguma maneira contribuíram para que a finalização desse curso fosse possível!

À todas e todos, meu agradecimento!!!

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo trazer para o debate o tema Gênero. Buscou-se através de uma pesquisa bibliográfica, apresentar algumas das principais referências teóricas que tratam do tema, principalmente com influências do pensamento pós-estruturalista. O trabalho tem como base os estudos de Guacira Lopes Louro, além de fundamentar-se em diversos artigos científicos consultados nas revistas feministas PAGU e REF (Revista de Estudos Feministas). Apresenta-se contextualmente o surgimento das três “ondas feministas”, discutindo os conceitos de poder, identidade e constituição do sujeito, no que concerne as categorias sexo/gênero/sexualidade. Ao final, ressaltamos a importância desse debate no sentido de questionar concepções enraizadas e propor outras maneiras de ser, de estar e de se relacionar no mundo que escapem às formas normalizadoras e hierárquicas de existência.

PALAVRAS-CHAVE: gênero – feminismo – educação - sexualidade

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO 1 – Construindo um conceito: algumas vozes.....	13
CAPÍTULO 2 – Questionando o sujeito: “O que é ser mulher? ”.....	19
CAPÍTULO 3 – Sexualidade e Relações de Poder.....	30
CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS.....	37
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	40

INTRODUÇÃO

Este é um trabalho de conclusão de curso, um trabalho que simboliza o fechamento ou término desse caminho que realizei na Universidade, no curso de Pedagogia. Foi um caminho longo e trilhado por muitas direções, dada à sorte da abrangência que podem alcançar os estudos sobre Educação, que me levaram para muito além do que eu poderia imaginar; foi também, um caminho com muitos encontros e desencontros, pessoais e teóricos, que me afetaram e deixaram marcas. Mas esse trabalho não representa um resultado, nem consta em si um fim, ele não tinha percurso ou destino já traçado, foi se fazendo no caminho, como parte do processo, ao mesmo tempo em que foi fazendo sentido, como mais um passo no caminho dessa viagem maior que é a própria vida.

No caminho universitário fui instigada a questionar-me sobre minhas concepções de ser humano, de sociedade, de educação; a refletir sobre minhas práticas, minhas relações, meu discurso; fui impelida a questionar-me a mim mesma e a todo o demais, na busca pela transformação do que sou e na tentativa de transformar a realidade que vivo. Aprendi que essa “realidade” é vivida e interpretada de diferentes formas por cada pessoa, que existem diferentes lugares sociais. Cada olhar pode ter uma perspectiva diferente do que é o todo e a história também depende das vozes que a contam.

Gênero é o tema desse trabalho, um conceito histórico e político, que surgiu em determinado momento e contexto, teve uma origem e caminhos traçados em diferentes direções e vem continuamente se transformando. Não acredito na apresentação da história, nem tampouco na construção dos conceitos, como um processo linear e progressivo. O que busco neste trabalho, apenas para fins de estudo, é traçar uma espécie de panorama de como se constituiu o conceito a partir das vozes de determinadas autoras.

Trabalhar com esse tema tem um aspecto desafiador, por ser um campo plural, instável, recente e em constante transformação, mas também, motivador por se tratar da manifestação - política e conceitual - da luta e da resistência contra as opressões vividas. É um tema provocativo porque pode questionar certezas enraizadas, pode causar polêmica, justamente porque surge para transformar, se propõe a criar outros modos de ser e de se relacionar consigo e com o outro.

Entendo que o gênero é mais do que uma identidade aprendida, é uma categoria que está imersa nas instituições sociais e expressa relações de poder. Vai além da construção de sentido sobre o masculino e feminino, de padrões de comportamentos e normas sociais. Nossas práticas sociais são constituídas pelo gênero, e são também constituintes do gênero. O que implica admitir que a escola, a igreja, a justiça, a política etc., expressam relações sociais de gênero.

“Definir alguém como homem ou mulher, como sujeito de gênero e de sexualidade significa, pois necessariamente, nomeá-lo segundo as marcas distintivas de uma cultura – com todas as consequências que esse gesto acarreta: a atribuição de direitos ou deveres, privilégios ou desvantagens. Nomeados e classificados no interior de uma cultura, os corpos se fazem históricos e situados. Os corpos são “datados”, ganham um valor que é sempre transitório e circunstancial. A significação que se lhes atribui é arbitrária, relacional e é, também, disputada. Para construir a materialidade dos corpos e assim, garantir legitimidade aos sujeitos, normas regulatórias de gênero e de sexualidade precisam ser reiteradas e refeitas. Essas normas, como quaisquer outras, são invenções sociais” (LOURO, 2004, p. 89).

O presente trabalho foi motivado por um projeto de pesquisa de caráter mais amplo promovido pela Biblioteca da Faculdade de Educação da Unicamp via incentivo do SAE (Serviço de Apoio ao Estudante) com a BAEF (Bolsa Auxílio Estudo e Formação), durante o primeiro semestre de 2019. Intitulado como *Estudos, reflexões e exposições sobre literaturas*

emergentes: étnicas, gêneros e inclusão social, o projeto impulsionado pela Biblioteca tem como objetivo oportunizar experiências de reflexões sobre diferentes temas, sendo eles: africanidades, indígenas, gênero e inclusão social, tendo a proposta de fomentar discussões no âmbito da biblioteca em relação à formação de educadores, ao mesmo tempo em que dá visibilidade aos autores que tratam de tais temas.

A partir desse projeto maior selecionei para estudo o tema Gênero, ciente da grandeza e da multiplicidade do que já foi produzido sobre o tema, e também, ciente de que o presente trabalho é apenas um estudo inicial, busco trazer algumas vozes para o debate, e assim, também contribuir com o trabalho que será desenvolvido pela Biblioteca da Faculdade de Educação.

O objetivo é, portanto, através de uma pesquisa bibliográfica, fazer um estudo de algumas das principais referências teóricas que tratam do tema gênero, fazer uma breve apresentação da construção histórica do termo desde o início do século XX até os dias atuais, destacando determinadas autoras e obras específicas, e então, refletir sobre a importância desses estudos desde a perspectiva da educação, da constituição dos sujeitos e das relações sociais.

A primeira parte do trabalho consistiu na busca bibliográfica através da base de dados da Unicamp. Busquei pelas palavras-chave: gênero - gênero e educação – feminismo - feminismo e educação. Como referência sobre esse tema pude notar que o nome de Guacira Lopes Louro se destacava, tanto por seus próprios estudos, quanto por citações que apareciam em outros trabalhos sobre o tema.

Decidi utilizar como referência principal para meus estudos os trabalhos de Guacira Lopes Louro, Doutora em Educação pela Unicamp e Professora Titular aposentada do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Parti do livro *Gênero, Sexualidade e Educação. Uma perspectiva pós-estruturalista* (1997). E

posteriormente também consultei: *O corpo educado. Pedagogias da Sexualidade* (2000), e *Um corpo estranho. Ensaio sobre a sexualidade e a Teoria Queer* (2004).

Além disso, o trabalho se apoia em diversos artigos científicos relacionados ao conceito gênero e suas possíveis relações com a educação, consultados principalmente nas revistas feministas Cadernos PAGU e REF (Revistas de Estudos Feministas). Alguns da própria autora já citada, como: *Gênero, História e Educação: Construção e desconstrução* (1995), *Gênero, Sexualidade e Educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas* (2007) e *Gênero e Sexualidade: pedagogias contemporâneas* (2008). E também de outras estudiosas que nos auxiliam na compreensão do tema, tal qual: Joan Scott, Judith Butler, Linda Nicholson, Margareth Rago, Djamila Ribeiro, dentre outras.

No primeiro capítulo há uma breve apresentação histórica do surgimento do termo gênero a partir da história do movimento feminista. Aborda-se a perspectiva histórica do surgimento de “ondas” do feminismo, expressão que diversas feministas se apoiaram para aludir ao caráter dinâmico do movimento, com diferentes fluxos, ápices e calmarias. Apresentam-se a primeira e segunda “ondas feministas”. No segundo capítulo, com a manifestação da terceira “onda feminista”, surge um questionamento sobre o sujeito político e de identidade, emergindo a questão “O que é ser mulher? ”, apresentando-se também como um debate sobre as categorias fixas e universais de análise. O terceiro capítulo trata do tema Sexualidade e Relações de Poder, a partir das contribuições dos estudos feministas e das teorizações de Michel Foucault, no que concerne principalmente aos conceitos de poder, identidade e subjetividade. E por fim, algumas considerações provisórias indicam a importância desse debate no sentido de questionar concepções enraizadas e propor outras maneiras de ser, de estar e de se relacionar no mundo que escapem às formas normalizadoras e hierárquicas de existência.

Guacira Lopes Louro (2004), quando fala de seu objeto de estudo (gênero e sexualidade) chama atenção para a importância de se refletir sobre as diferentes formas de ser quem se é, da possibilidade de poder experimentar seus próprios prazeres e desejos e sua forma de viver a sexualidade. Mas, mais do que isso, enfatiza a importância de se refletir sobre maneiras de intervir ou alterar aquilo que ela considera como intolerável socialmente, como por exemplo, a misoginia, a homofobia, o racismo, o sexismo.

Minhas preocupações ao elaborar esse trabalho vão no mesmo sentido. Suponho que a partir de uma reflexão sobre esses temas seríamos capazes de contribuir para o questionamento de muitas certezas. Certezas essas que se materializam na morte de muitas mulheres, mulheres negras, gays, lésbicas, transexuais, pelo simples fato de serem quem são, e de alguma maneira desafiam a “ordem” social; concepções que se materializam na violência física e psíquica dessas pessoas; e podemos já parar por aqui, afirmando que são demasiadas certezas para compor um quadro social, intolerante e intolerável, que urge por transformação.

“A escolha de meu objeto de estudo é, portanto, ao mesmo tempo política e teórica. Interessa-me entender não apenas como se constituíram essas posições-de-sujeito, mas analisar como a oposição binária subjacente a esse regime se inscreve na produção do saber, na organização social, nas práticas cotidianas, no exercício do poder. Mais particularmente me interessa compreender como se dá, nas instâncias a que chamamos de pedagógicas, a reiteração dessas posições e, para além disso, pensar sobre o que pode ser feito para desestabilizá-las e desarranjar tais certezas” (LOURO, 2004, p. 57).

Suponho que contribuindo com essa reflexão trazemos elementos para questionar as opressões e as desigualdades sociais vividas. A realidade que vivemos faz parte de uma “história” que se transforma o tempo todo. Já há algum tempo que mulheres vêm se organizando e transformando essa história, contribuindo através seus questionamentos e suas práticas,

mostrando que temos o poder, de alguma maneira, de desestabilizar o *status quo* e criar formas mais libertárias de existência.

Construindo um conceito: algumas vozes

O conceito de Gênero, tal qual podemos interpretá-lo atualmente, está diretamente ligado à história do movimento feminista contemporâneo, podemos dizer que tem como origem a luta das mulheres contra as desigualdades sociais as quais estamos submetidas.

Sabemos que a luta contra a opressão das mulheres esteve presente em diversos momentos da história, no entanto, quando nos referimos ao Feminismo, estamos nos referindo especificamente a um movimento social organizado a partir do século XIX e no Ocidente.

O surgimento do Feminismo acontece a partir da luta pela conquista de direitos civis, políticos e educativos. Foi com o movimento sufragista (que reivindicava, principalmente, o direito de votos às mulheres) na virada do século XIX que surgiram as primeiras grandes manifestações organizadas contra a discriminação feminina. Tal movimento teve início em Londres - Inglaterra e se manifestou por vários países do Ocidente, resultando em diferentes disputas e conquistas (LOURO, 2003).

No Brasil, o movimento feminista se inspirou nas lutas europeias, lideradas principalmente por Bertha Lutz, bióloga e cientista que estudou no exterior e voltou para o Brasil, a partir de 1910, as primeiras mulheres se manifestaram em prol de seus direitos e da incorporação feminina nos mecanismos do Estado. O direito ao voto foi conquistado apenas em 1932 (NARVAZ; KOLLER, 2006, p. 249).

De maneira geral, além do direito ao voto, o movimento tinha suas reivindicações também ligadas à organização da família, à oportunidade de estudos, ao acesso a determinadas profissões, enfim, objetivos imediatos que estavam diretamente ligados aos interesses de mulheres brancas e de classe média, e em certa medida, quando tiveram suas metas relativamente alcançadas, acarretou na acomodação do movimento. Esse momento foi chamado de “**primeira onda**” do feminismo (LOURO, 2003, p.15).

Djamila Ribeiro, no artigo *Feminismo Negro para um marco civilizatório* (2016) aponta que as mulheres negras vêm historicamente pensando a categoria mulher de forma não universal e crítica. Destaca que, desde a perspectiva epistemológica, também, o feminismo negro trouxe um “arcabouço teórico-crítico” demonstrando como as opressões se combinam e se entrecruzam.

Ribeiro (2016) traz o discurso de Sojourner Truth, em 1851, na Convenção dos Direitos das Mulheres em Ohio, para ilustrar a denúncia de que havia (e ainda há) a necessidade de se pensar outras formas de ser mulher:

“Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, que é preciso carregá-las quando atravessam um lamaçal e que elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando tinha o que comer – e também aguentei as chicotadas! E não sou uma mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravo. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher? ” (TRUTH apud RIBEIRO, 2016, p. 100).

Ribeiro (2016, p. 100) destaca que diferentes estudos denunciavam que a situação da mulher negra era radicalmente diferente da situação da mulher branca. “Enquanto àquela época mulheres brancas lutavam pelo direito ao voto e ao trabalho, mulheres negras lutavam para serem consideradas pessoas. E essa diferença radical fazia toda diferença”.

Somente a partir da década de 1960, com um contexto de efervescência social e política de contestação geral, que o movimento feminista passa a manifestar-se diferentemente, expressando-se através de grupos de conscientização, marchas e protestos públicos, publicação

de livros, revistas e jornais. Esse momento, que foi considerado como a “**segunda onda**” do feminismo, começa a se preocupar também com as construções teóricas (LOURO, 2003, p. 15-16).

Simone de Beauvoir, com a publicação do livro *O Segundo Sexo*, em 1949, tornou-se um referencial indiscutível para o movimento feminista daquele momento e continua sendo até os dias atuais, com sua máxima conhecida: “Não se nasce mulher, torna-se mulher”.

Em seus estudos, Beauvoir afirmava que o papel que as mulheres deviam assumir na sociedade era imposto pelo poder do Patriarcado, através de um complexo sistema de restrições educativas, legislativas, econômicas. Dessa forma, denunciava que homens e mulheres são atravessados por características sociais, econômicas e políticas de cada sociedade, e por isso refuta a ideia de que as relações de subordinação e violência que muitas mulheres sofriam (e ainda sofrem) são decorrentes de aspectos naturais, biológicos ou divinos (PINTO, 2010).

Dessa maneira, Beauvoir faz a distinção entre sexo e gênero, quando questiona o destino biológico e afirma que é a cultura quem define o papel social da mulher. Há um questionamento da essencialidade feminina, assumindo a perspectiva de que o sujeito é construído socialmente sem uma essência *a priori*.

No artigo *Feminismo, História e Poder* (2010), Celi Regina Jardim Pinto faz uma breve apresentação da história do feminismo e afirma que foi a partir da década de 1960 que o conceito de gênero passou a ser utilizado em diversas áreas, como Medicina, Ciências Sociais, Psicologia, Antropologia, com o intuito de se contrapor às teorias de que as diferenças físicas e/ou biológicas seriam a base para construção daquilo que é considerado social, como as relações de poder, violência, dominação.

A principal perspectiva analítica que se contrapõe aos estudos feministas é a que justifica as desigualdades sociais remetendo-as às características biológicas. No entanto, para

as feministas não existe uma negação das características biológicas e suas diferenças, há sim, um questionamento sobre como são representadas e valorizadas naquilo que se constitui como feminino e masculino. Para compreender o lugar e as relações entre homens e mulheres na sociedade, não são importantes suas características biológicas em si, mas sim, aquilo que se construiu social e historicamente sobre essas diferenças.

Margareth Rago, no artigo *Descobrimo historicamente o gênero* (2013, p. 91) afirma que, a partir da década de 1970, as mulheres (de determinada classe social) entraram massivamente nas Universidades e por isso fizeram emergir temas relacionados à vida privada, maternidade, aborto, prostituição, infância, família, amor, bruxas, loucas... Enfim, fizeram emergir os seus temas e problematizações, seu universo, suas inquietudes, sua lógica diferenciada e olhares até então “desconhecidos”, causando assim uma transformação no mundo acadêmico.

O grande objetivo dos estudos feministas desse momento foi dar visibilidade ao que antes era oculto, pretendiam denunciar a segregação social e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas. Tais estudos buscavam evidenciar que as mulheres, mesmo quando exerciam atividades consideradas “fora do universo das mulheres”, ou seja, quando exerciam atividades fora de casa e dos cuidados do lar, ainda assim, acabavam por ocupar espaços com representação secundária, muitas vezes controladas e dirigidas por homens (LOURO, 2003).

Esses estudos iniciais, também chamados *estudos da mulher*, foram caracterizados por serem marcadamente descritivos, ou seja, buscavam denunciar as condições de vida e de trabalho das mulheres. Eram estudos de diferentes áreas, como Antropologia, Sociologia, Educação, Literatura etc., que apontavam ou comentavam as desigualdades sociais, políticas, econômicas, jurídicas, denunciando a opressão e o submetimento feminino (LOURO, 2003, p.17-18).

Eram estudos que:

“Levantaram informação, construíram estatística, apontaram lacunas em registros oficiais, vieses nos livros escolares, deram voz àquelas que eram silenciadas, focalizaram áreas, temas e problemas que não habitavam o espaço acadêmico, falaram do cotidiano, da família, da sexualidade, do doméstico, dos sentimentos” (LOURO, 2003, p. 19).

O que não se pode negar é que eram estudos que se diferenciavam dos até então realizados pelos homens, e exatamente por essa característica marcada pelo interesse das mulheres, eram estudos que não se passavam por neutros, justamente porque surgiram a partir de uma trajetória histórica específica e de um lugar que se constituiu como o lugar social das mulheres na sociedade, e além disso, tinham a pretensão de transformação social. Para Rago, nesse momento:

“As mulheres forçam a inclusão de temas que falam de si, que contam sua própria história e de suas antepassadas e que permitem entender as origens de muitas crenças e valores, de muitas práticas sociais frequentemente opressivas e de inúmeras formas de desclassificação e estigmatização” (RAGO, 1998, p. 13).

“Reivindicam a construção de uma nova linguagem, que revele a marca específica do olhar e da experiência cultural e historicamente constituída de si mesmas” (RAGO, 2013, p. 95).

Essa “segunda onda” feminista teve especial influência de norte-americanas e francesas de maneiras distintas. “As norte-americanas enfatizavam a denúncia da opressão masculina e a busca pela igualdade, enquanto as francesas postulavam a necessidade de serem valorizadas as

diferenças entre homens e mulheres, dando visibilidade, principalmente, à especificidade da experiência feminina, geralmente negligenciada” (NARVAZ; KOLLER, 2006, p. 249).

Surgiram estudos que descrevem, que criticam e, também, outros que celebram as “características” consideradas como femininas. Podemos dizer que permanecia uma ideia de essencialidade feminina usada tanto para denunciar fins opressivos, como violência, desigualdades sociais, feminicídios, quanto para supervalorização do feminino, no âmbito dos comportamentos, de valores, de elementos da biologia.

Por outro lado, surgiram os debates sobre masculinidade, evidenciando que os homens também se descobriam “estrangeiros” de si mesmo, não mais percebidos como sujeitos universais, ou, ao menos, questionados sobre sua universalidade. Os homens também passaram a se perceber ligados a um padrão de masculinidade muitas vezes tóxico ou inalcançável. Muitas contradições se evidenciavam e o termo gênero se mostrou passível de processo de disputa, de resignificação e de apropriação.

Questionando o sujeito: “O que é ser Mulher? ”

“Talvez seja hora de assumirmos explicitamente que nossas propostas sobre as ‘mulheres’ não são baseadas numa realidade dada qualquer, mas que elas surgem de nossos lugares na história e na cultura; são atos políticos que refletem os contextos dos quais nós emergimos e os futuros que gostaríamos de ver” (NICHOLSON, 1999).

A partir das décadas de 1980 e 1990, surge o que ficou conhecido com a “**terceira onda**” do feminismo. Acontece nesse momento uma verdadeira reviravolta epistemológica que desloca o foco do “sujeito mulher” para a análise das “relações de gênero”, ou seja, deslocou-se da “história das mulheres” para análise da categoria “gênero”. O termo *gender* surgiu fazendo a distinção ao termo *sex*, justamente para focalizar o carácter social dos corpos sexuados, ou seja, para enfatizar a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas (LOURO, 2003).

Neste sentido, podemos afirmar que o próprio conceito de gênero, na época, mantinha alguns binarismos que criticava, como por exemplo, a relação natureza/cultura, uma vez que consideravam que o gênero seria socialmente construído enquanto o sexo biologicamente dado (TONELI, 2012).

Esse binarismo está presente no feminismo da “segunda onda”, de maneira geral quando continuavam a diferenciar essencialmente homens e mulheres, e, por outro lado, quando igualam mulheres entre si, permitindo a produção do sujeito político “Mulher”. O que, de fato, representou a afirmação do determinismo biológico que se pretendia escapar, justamente ao atribuir algo fixo e imutável que se pretendia aplicar a todas as mulheres (SCOTT, 2002 apud TONELI, 2012, p.149-150).

Joan Scott, historiadora norte-americana é referência na produção acadêmica que passou a utilizar o termo gênero. No artigo *Gênero, uma categoria útil de análise histórica*, publicado originalmente em 1986, a autora apresenta um panorama dos significados do termo gênero utilizados até aquele momento, e, na busca de rejeitar o determinismo biológico, apresenta o gênero como uma ferramenta analítica e, ao mesmo tempo, política.

Scott trata de romper com as ideias binaristas e dicotômicas dos conceitos sexo/gênero, masculino/feminino, homem/mulher. Assim, abre possibilidades de se pensar sobre “a tese da *diferença múltipla* ao invés da *diferença binária*, entendendo que as mulheres se diferenciam entre si, quanto a origem de classe, raça, etnia, geração, comportamento, carácter, desejo, subjetividade, sexualidade, experiência histórica” (SCOTT, 2002, apud TONELI, 2012, p. 149-150).

No artigo *O enigma da igualdade*, publicado na Revista de Estudos Feministas em 2005, e originalmente em inglês em 1999, Scott, segue a mesma linha, e nos faz uma pertinente provocação. Desafiando a tendência generalizada de polarização de “isso ou aquilo”, a autora apresenta-nos a ideia de paradoxos para pensar os conceitos que são aparentemente opostos, mas em realidade, são interdependentes e estão necessariamente em tensão.

Como exemplo, a autora discute os termos igualdade/diferença e identidade de grupo/indivíduo. “Scott defende a desconstrução da oposição binária igualdade/diferença. Pois, a igualdade reside na diferença, são termos interdependentes: ‘a diferença não impede a igualdade e esta, por sua vez, não significa a eliminação da diferença’ ” (TONELI, 2012, p. 150).

Scott afirma que desde as revoluções democráticas do século XVIII, a igualdade no Ocidente refere-se aos direitos de posse universal independente das características sociais. A igualdade é considerada um princípio absoluto e uma prática contingente, não é a negação da

diferença, mas seu reconhecimento. Assim como, a identidade de grupo define o indivíduo, e ao mesmo tempo, renega a expressão ou percepção plena de sua individualidade. Dessa maneira, as reivindicações de igualdade envolvem a aceitação, e ao mesmo tempo, a rejeição da identidade de grupo atribuída pela discriminação. Em outras palavras: “os termos de exclusão sobre os quais essa discriminação está amparada são ao mesmo tempo negados e reproduzidos nas demandas por inclusão” (SCOTT, 2005, p. 20).

Ao refletir sobre identificação de grupo, sobre sua necessidade, e ao mesmo tempo, o sentimento de inadequação por parte do indivíduo, Scott (2005, p. 20) expõe:

“Quando perguntada na virada do século, sobre sua definição do que o feminismo deveria conquistar, a psiquiatra francesa Madeleine Pelletier respondeu que ele a auxiliaria ‘a não ser uma mulher do modo como a sociedade espera’. E mesmo assim, é claro, foi como mulher, e em nome do grupo – mulheres – que Madeleine Pelletier e outras feministas travaram suas batalhas por igualdade”.

Neste sentido, a autora continua sua análise com referência ao movimento feminista:

“O feminismo foi um protesto contra a exclusão das mulheres na política; seu objetivo foi o de eliminar a diferença sexual na política. Mas sua campanha foi voltada às mulheres. Pelo fato de agir em favor das mulheres, o feminismo produziu a diferença sexual que buscava eliminar – chamando a atenção exatamente para a questão que pretendia eliminar” (SCOTT, 2005, p. 21).

Judith Butler é outra importante autora feminista que questiona o conceito de unidade, de essencialidade e universalidade do sujeito “mulher”. Além disso, em diálogo com Joan Scott, Butler também busca romper com a lógica binária homem/mulher, masculino/feminino, natureza/cultura, e vai ainda além, tratando da sexualidade e rompendo com a lógica heterossexual/homossexual, conforme veremos adiante.

Em 1990, publicou o livro *Problemas de Gênero. Feminismo e subversão da identidade*, no qual apresenta uma crítica contundente ao pensamento feminista contemporâneo e àquilo que se defendia como identidade. A autora traz diversas questões para pensarmos e problematizarmos a categoria “mulher” enquanto sujeito de representação política de identidade no movimento feminista.

Para a autora, identidade deve ser entendida no plural e acredita que é necessário promover uma subversão da identidade de mulher para que se possa buscar pela libertação das mesmas. “Talvez, paradoxalmente, a ideia de ‘representação’ só venha a fazer sentido para o feminismo quando o sujeito ‘mulheres’ não for presumido em parte alguma” (BUTLER, 2017, p. 25). E explica:

“Se alguém ‘é’ mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços pré-definidos de gênero da ‘pessoa’ transcenda a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constitui de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, porque o gênero estabelece intersecções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas” (BUTLER, 2017, p. 21).

Butler também problematiza a oposição binária sexo/gênero vigente no movimento feminista, que entende que o sexo seria dado pela natureza e o gênero seria um registro da cultura e da sociedade. Para a autora, o sexo também é uma categoria social e culturalmente construída, não podendo ser entendido *a priori*, ao passo que, o gênero seria uma categoria *performativamente* construída, e, não sendo fixa, pode ser questionada quanto ao seu “destino cultural”. Desse modo, a autora nos apresenta diversas questões para refletir:

“Podemos referirmos a um ‘dado’ sexo ou um ‘dado’ gênero, sem primeiro investigar: como são dados o sexo e/ou o gênero e por que meios? E o que é, afinal, o ‘sexo’? É ele natural, anatômico, cromossômico ou hormonal, e como deve a crítica feminista avaliar os discursos científicos que alegam estabelecer tais ‘fatos’ para nós? Teria o sexo uma história? Possuiria cada sexo uma história ou histórias diferentes? Haveria uma história de como se estabeleceu a dualidade do sexo, uma genealogia capaz de expor as opções binárias como uma construção variável? Seriam os fatos ostensivamente naturais ao sexo produzidos discursivamente por vários discursos científicos a serviço de outros interesses políticos e sociais? Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado ‘sexo’ seja tão culturalmente construído quanto o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nula” (BUTLER, 2017, p.26-27).

Butler ainda afirma que as sociedades constroem normas que regulam e materializam o sexo do sujeito, que por sua vez, nunca se conforma completamente, sendo necessário que essas “normas regulatórias” sejam sempre repetidas e reiteradas. Neste sentido, as normas regulatórias do sexo teriam um caráter performativo, como um poder que precisa ser exercido de forma continuada e repetida para se materializar (LOURO, 2001, p. 548).

O sentido do conceito *performatividade* do sexo e do gênero é trazido desde a linguística, para afirmar que “a linguagem que se refere aos corpos ou ao sexo não faz apenas uma constatação ou uma descrição desses corpos, mas, no instante mesmo da nomeação, constrói, ‘faz’ aquilo que nomeia, isto é, produz os corpos e os sujeitos”. Neste sentido, mesmo que tais normas regulatórias sempre se reiterem, paradoxalmente, também dão espaço para “criação” de sujeitos que não se ajustam, que escapam à norma (LOURO, 2001, p. 549).

Dessa maneira, Butler apresenta uma saída: “Gênero é o mecanismo pelo qual as noções de masculino e feminino são produzidas e naturalizadas, mas gênero pode muito bem ser o

aparato através do qual esses termos podem ser desconstruídos e desnaturalizados” (BUTLER, 2014, p. 253).

Em consonância com tais ideias, em 1999, Linda Nicholson escreve o artigo *Interpretando o gênero*, no qual expõe a ideia de que o gênero tem suas raízes em duas ideias importantes: a base material da identidade e a construção social do carácter humano. Expõe, também, que o termo gênero tem sido usado com dois significados distintos e até contraditórios. De um lado, gênero em oposição ao sexo, distinto do sexo, justamente para descrever o que é socialmente construído em oposição ao que é biologicamente dado. De outro lado, fazendo referência a qualquer construção social da distinção masculino/feminino, não somente referindo-se à personalidade e comportamento, mas também às maneiras como os corpos aparecem como corpos masculinos e femininos.

Conforme Nicholson (1999), as feministas da segunda onda, embora tenham procurado se afastar do determinismo biológico e tenham se aproximado, em diferentes graus, da ideia de uma construção social dos sujeitos, mantiveram a perspectiva de que a construção se faz sobre ou a partir de um corpo. Rotula essa posição como “Fundamentalismo biológico”, na qual dados da biologia permanecem como uma espécie de fundamento para o social, contribuindo para a criação de obstáculos na compreensão das diferenças entre mulheres, entre homens e entre quem pode ser considerado homem ou mulher.

Alerta-nos que o próprio corpo é visto a partir de uma interpretação social, ou seja, o sentido, a atribuição de significados e valores dos corpos (e de partes dos corpos) mudam através do tempo e das comunidades. Assim, questiona o sentido essencialista ou naturalista do sexo e do corpo, também coloca em questão a existência de um corpo *a priori*, ou, que existiria um corpo antes ou fora da cultura. Pois, segundo a autora, “a nomeação do gênero não é simplesmente a descrição de um corpo, mas aquilo que efetivamente faz existir esse corpo – em outras palavras, o corpo só se tornaria inteligível no âmbito da cultura e da linguagem”

(NICHOLSON apud LOURO, 2007, p. 209). E, portanto, que o “sexo” não seria, então, independente do “gênero”.

Tais ideias romperam com a lógica binária, dicotômica e determinista das categorias sexo/gênero/sexualidade, permitindo-nos pensar em outros modos de ser que não necessariamente obedeçam à sequência: “dado” um determinado sexo, necessariamente comporta-se conforme determinado gênero e exerce sua sexualidade de determinada maneira. Como se fora obedecer a um “destino” pré-determinado, seja ele pela natureza ou pela cultura.

Podemos afirmar que emergia contextualmente uma crítica à razão, ao sujeito universal e à lógica da identidade que contribuíram para o pensamento feminista neste sentido, por exemplo, as contribuições de Foucault e Derrida. Outro exemplo, pode ser os estudos de Deleuze, nos quais se discute que as subjetividades também são históricas e não naturais, e a própria noção de identidade foi historicizada e questionada quanto a sua essência (RAGO, 2013, p. 93).

A partir dessa perspectiva, a tarefa passou a ser a criação de uma teoria que permitisse diferenças também entre mulheres, que tornasse pelo menos teoricamente possível a ideia de um futuro sem sexismo.

“Não estou refutando a ideia de que todas as sociedades possuem alguma forma de distinção masculino/feminino. Todas as evidências disponíveis parecem indicar que elas possuem. Também não refuto a possibilidade de que todas as sociedades de alguma forma relacionem essa distinção com o corpo. O que acontece é que as diferenças no sentido e na importância atribuídos ao corpo de fato existem. Esses tipos de diferenças, por sua vez, afetam o sentido da distinção masculino/feminino. A consequência é que nunca temos um único conjunto de critérios constitutivos da ‘identidade sexual’ a partir do qual se possa inferir alguma coisa sobre as alegrias e as opressões inerentes ao ‘ser mulher’” (NICHOLSON, 1999).

A autora questiona: “Se não possuímos alguns critérios comuns dando significado à palavra ‘mulher’, como vamos gerar uma política em torno dessa palavra? A política feminista não exige que a palavra mulher tenha um sentido definido? ”. Sobre isso, apresenta a solução na tentativa de que a palavra mulher não tenha um sentido restrito encontrado através da elucidação de uma característica específica, mas através da elaboração de uma complexa rede de características (NICHOLSON, 1999).

Neste sentido, foi fundamental a contribuição de estudos feministas e pós-estruturalistas, tendo como exemplo os trabalhos citados, que argumentam sobre a necessidade de desconstruir o “carácter permanente da oposição binária” de masculino e feminino, trazendo elementos para pensarmos as questões de identidade, de gênero e sexual, de representação política, de interseccionalidade.

Ribeiro (2016) destaca que algumas autoras já tinham o objetivo de evidenciar a importância de se pensar raça, classe, gênero de modo indissociável. Já trabalhavam sob a perspectiva interseccional, sem utilizar o termo em si, como o caso de Angela Davis, no livro *Mulheres, Raça e Classe*, em 1981. No entanto, o termo *interseccionalidade*, tão valioso para o movimento feminista contemporâneo, foi cunhado teoricamente em 1989, por Kimberlé Crenshaw, em sua tese de doutorado:

“A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras” (CRENSHAW apud RIBEIRO, 2016, p. 101).

Neste sentido, Ribeiro aponta para urgência de que as mulheres negras tenham voz, tenham suas histórias visibilizadas e ouvidas. “A invisibilidade da mulher negra dentro da pauta feminista faz com que essa mulher não tenha seus problemas sequer nomeados. E não se pensa saídas emancipatórias para problemas que sequer foram ditos. A ausência também é ideologia” (2016, p. 101).

Corroborando, então, para a defesa da quebra desse silêncio como uma questão de sobrevivência para as mulheres negras. E neste sentido, denuncia:

“A questão do silêncio também pode ser entendida como um silêncio epistemológico e de prática política dentro do movimento feminista. Um silêncio em relação a realidade das mulheres negras não as coloca como sujeitos políticos. Um silêncio que por exemplo, faz com que nos últimos 10 anos tenha diminuído o assassinato de mulheres brancas em quase 10% e aumentado em quase 55% o de mulheres negras, segundo o Mapa da Violência de 2015 (RIBEIRO, 2016, p. 102).

Muitas vozes se fazem ouvir a partir do Feminismo Negro, autoras como Djamila Ribeiro, Sueli Carneiro, Lélia González, Angela Davis, Bell Hooks, entre tantas, trouxeram contribuições fundamentais para se pensar na complexa malha de poder pela qual estamos sendo diferentemente atravessadas, constituindo e sendo constituídas por processos complexos de classificação, hierarquização, legitimação.

Desvelar essas questões nos permite pensar que tais opressões operam diferentemente para cada pessoa, de acordo com seu “lugar social”, fazendo-nos pensar que diferentes estratégias de resistência e re-existência são necessárias.

Vemos, assim, que o sentido de “mulher” se alterou ao longo do tempo. Questionar esse sentido não significa querer desvalorizá-lo ou eliminá-lo, mas, exige reconhecer que a elaboração do sentido de ‘mulher’ representa uma tarefa contínua e uma luta política contínua.

Para Rago, por exemplo, “Libertar as mulheres da ‘Mulher’ significou abrir espaço para que muitas outras figuras da feminilidade emergissem” (2019, p. 4).

“É difícil falar de uma epistemologia feminista, sem tocar na discussão sobre os perigos da reafirmação do sujeito ‘mulher’ e de todas as cargas constitutivas dessa identidade no imaginário social. Afinal, como já se observou exaustivamente, a questão das relações sexuais e da mulher especificamente nasce a partir de lutas pela emancipação deste sujeito antes definido como ‘sexo frágil’. É na luta pela visibilidade da ‘questão feminina’, pela conquista e ampliação dos seus direitos específicos, pelo fortalecimento da identidade da mulher, que nasce um contradiscurso feminista e que se constitui um campo feminista do conhecimento. É a partir de uma luta política que nasce uma linguagem feminista. E, no entanto, o campo teórico que se constitui transforma-se a tal ponto que, assim como a História Cultural, deixa de lado a preocupação com a centralidade do sujeito. Como se de repente os efeitos se desviassem dos objetivos visados no ponto de partida: a categoria relacional do gênero desinveste a preocupação de fortalecimento da identidade mulher, ao contrário do que se visava inicialmente como um projeto alternativo de uma ciência feminista” (RAGO, 1998, p. 7-8).

Neste sentido, Aline Bagetti (2014), em sua tese de doutorado *Feminismos e criação de micropolíticas no plano da diferença*, parte da seguinte questão: “**O que é ser mulher?**”. Em sua pesquisa afirma que não busca criticar um modelo ideal de mulher para colocar outro no lugar. Sua intenção, de fato, é problematizar o fato de que não existe um ideal e que é possível ver “várias mulheres” numa só “mulher”, sendo cada mulher uma “multiplicidade de ser mulher”.

A partir disso, Bagetti (2014) busca traçar uma espécie de cartografia na qual traz luz à vida de algumas mulheres, fazendo-se perguntas que me parecem de primeira relevância: “*Como as mulheres existem no mundo?*”, “*O que elas fazem de suas vidas?*”, “*O que*

escolheram viver? ” “Elas são felizes com a vida que escolheram? ”. E aponta-nos também uma saída:

“A liberdade verdadeira está na maneira de estar no mundo com os outros, nas diferentes maneiras de se pensar, no rompimento com preconceitos e dominações que lhes são impostas. Isto se dá na construção de processos de singularização, onde a mulher é a atora de sua vida” (BAGETTI, 2014, p. 7).

Bagetti (2014), trabalha com as contribuições dos estudos de Foucault, principalmente sobre o conceito de *cuidado de si*, para se pensar na possibilidade de viver a vida como uma obra de arte, ou seja, para pensar na possibilidade de se criar uma vida bela, dando sentido à própria existência a partir do conhecimento de si e das relações que se estabelece em sociedade, numa micropolítica inventada por si mesma em seu cotidiano.

Sobre o exercício do cuidado de si, ou o que Foucault chamaria de “arte da existência”, “arte do viver”, ele mesmo define como: “a intensidade das relações consigo, isto é, das formas nas quais se é chamado a tomar a si próprio como objeto de conhecimento e campo de ação para transformar-se, corrigir-se, purificar-se, e promover a própria salvação” (FOUCAULT, 2005, p. 48).

Tal conceito poderia ser tema para um outro trabalho. Alguns autores já vêm trabalhando na busca de elementos para pensarmos “possíveis futuros” para a educação, pensando no exercício do cuidado de si, na busca da criação de “uma vida que valha a pena ser vivida”, como uma possibilidade de resistência à lógica a qual o poder se impõe, ou como uma maneira mais “ativa” de tomar o poder como prática da liberdade. (GALLO, 2004; 2011; MARCELLO; FISHER, 2014; RAGO, 2019).

Sexualidade e Relações de Poder

Uma questão importante de ressaltar é que grande parte dos discursos sobre gênero também envolvem questões de sexualidade e relações de poder, interessa-nos, pois, refletir sobre tal relação. Em vista disso, trazemos para o debate algumas contribuições feministas, com influência do pensamento de Michel Foucault, sobre os conceitos de poder, identidade e modos de constituição dos sujeitos.

Quando se discute sexualidade, por exemplo, faz-se necessário pensar sobre a distinção das categorias sexo/gênero/sexualidade, para que possamos questionar tais interpretações e sua ligação com o determinismo biológico. É constante o pensamento dicotômico e polarizado sobre essas categorias, concepção essa em que homens e mulheres estão em polos opostos e que se relacionam numa lógica invariável de dominação e submissão (LOURO, 2003).

Foucault pode auxiliar-nos nessa compreensão quando teoriza sobre as relações de poder, pois desorganiza as concepções convencionais, que usualmente remetem à centralidade e à posse do poder. Podemos afirmar que Foucault percebe o poder além de sua dimensão coercitiva ou negativa, o percebe como algo também ‘produtivo’ e positivo. Neste sentido, “o poder não apenas nega, impede, coíbe, mas também ‘faz’, produz, incita”. Entende-se que, “o poder produz sujeitos, fabrica corpos dóceis, induz comportamentos, ‘aumenta a utilidade econômica’ e diminui a força política” (LOURO, 2003, p. 40).

Dessa maneira, propõe que observemos o poder como sendo exercido em muitas e variadas direções, como se fosse uma “rede capilar” que constitui toda a sociedade. Vê o poder não como algo que se possui ou se pode apropriar, mas como estratégias, manobras, táticas, técnicas, funcionamento. (LOURO, 2003, p. 38).

É no interior dessas redes de poder que são instituídas as diferenças e as desigualdades. A posição da ‘diferença’ está sempre implicada em relações de poder, porque essa diferença é nomeada a partir de um determinado lugar que se coloca como referência. Para Louro (2003, p. 41):

“Homens e mulheres certamente não são construídos apenas através de mecanismos de repressão e censura, eles e elas se fazem, também, através de práticas e relações que instituem gestos, modos de ser e de estar no mundo, formas de falar e de agir, condutas e posturas *apropriadas* (e, usualmente, diversas). Os gêneros se produzem, portanto, nas e pelas relações de poder”.

Ao entender o gênero como constituinte da identidade dos sujeitos, devemos atentar para dois aspectos: primeiro, que o sentido de pertencimento a diferentes grupos (étnicos, sexuais, religiosos, de classe, de gênero etc.) constitui o sujeito; e segundo, que as práticas sociais exercidas por esses sujeitos são constituídas pelo gênero e são também constituintes do gênero (LOURO, 2003).

Neste sentido, entendemos também a identidade sexual como algo deferente da identidade de gênero, embora estejam inter-relacionadas. O que podemos afirmar é que as identidades que p sujeito pode assumir, seja ela política, religiosa, de gênero ou sexual, não são dadas a priori, mas sim, são construídas socialmente e, portanto, passíveis de transformação (LOURO, 2007). Dessa maneira, “compreendemos os sujeitos como tendo identidades plurais, múltiplas, identidades que se transformam, que não são fixas ou permanentes, que podem, até mesmo, ser contraditórias” (LOURO, 2003, p. 24).

No movimento de nos entendermos como seres múltiplos, homens e mulheres de várias classes, raças, religiões, idade e modos de viver a sexualidade, notamos que vivemos os mais variados “arranjos” em nossas relações, sendo necessário problematizar tanto a polaridade (homem/mulher), quanto a unidade interna de cada polo (LOURO, 2003, p.36). Pois também

em relação à sexualidade, observamos que os sujeitos podem exercê-la de diferentes formas, podem viver seus desejos e prazeres corporais de muitos modos distintos e que escapam à uma lógica binária e dicotômica.

Foucault afirma que a sexualidade pode ser entendida como uma invenção social, e como tal, se constituiu a partir de múltiplos discursos sobre o sexo: que regulam, normalizam, instauram saberes, produzem verdades. Para o autor, “a sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico”. E sobre “dispositivo”, define:

“Um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não-dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos” (FOUCAULT, 1979, p. 244 apud LOURO, 2007, p. 210).

Conforme Foucault, há mais de um século o ‘sexo’ foi colocado ‘em discurso’ na nossa sociedade, vivemos mergulhados em múltiplos discursos sobre a sexualidade, pronunciados pela igreja, pela psiquiatria, pela sexologia, pelo direito. De maneira que se produziram e se multiplicaram as ‘espécies’ ou ‘tipos’ de sexualidade, e também se ampliaram os modos de controlá-la (LOURO, 2001, p. 547).

Mais especificamente em seu artigo *Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas* (2008), Louro busca refletir sobre os modos como se constrói e se reconstrói a posição de normalidade e a posição de diferença, e os significados que lhes são atribuídos, em relação ao gênero e a sexualidade. A autora busca questionar o que é reconhecido como normal, adequado ou sadio, e o que se diferencia disso, concluindo que tanto a normalidade quanto a diferença são ensinadas.

“A construção dos gêneros e das sexualidades dá-se através de inúmeras aprendizagens e práticas, insinua-se nas mais distintas situações, é empreendida de modo explícito ou dissimulado por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais. É um processo minucioso, sutil, sempre inacabado” (LOURO, 2008, p.18).

E diante disso, indaga: “Quem tem primazia nesse processo? Que instâncias e espaços sociais têm o poder de decidir e inscrever em nossos corpos as marcas e as normas que devem ser seguidas? ” (LOURO, 2008, p.18).

“Aprendemos a viver o gênero e a sexualidade na cultura, através dos discursos repetidos da mídia, da igreja, da ciência e das leis e também, contemporaneamente, através dos discursos dos movimentos sociais e dos múltiplos dispositivos tecnológicos. As muitas formas de experimentar prazeres e desejos, de dar e de receber afeto, de amar e de ser amada/o são ensaiadas e ensinadas na cultura, são diferentes de uma cultura para outra, de uma época ou de uma geração para outra. E hoje, mais do que nunca, essas formas são múltiplas” (LOURO, 2008, p. 22-23).

Dessa maneira, podemos compreender a sexualidade também como um constructo histórico, “sendo produzida na cultura, cambiante, carregada de possibilidade de instabilidade, multiplicidade e provisoriedade” (LOURO, 2007, p.210). Evidencia-se que o modelo binário e dicotômico já não cabe para pensarmos as questões da sexualidade e das relações.

Louro (2001) descreve-nos como a homossexualidade e o sujeito homossexual são invenções do século XIX. A autora explica que anteriormente as relações sexuais e amorosas entre pessoas do mesmo sexo eram interpretadas diferentemente. Era uma prática considerada indesejável e pecaminosa, mas que qualquer pessoa podia sucumbir-se. Depois da metade do século XIX, a prática em si passou a designar um sujeito marcado e reconhecido como desviante

ou anormal. Neste sentido, a homossexualidade e o sujeito homossexual têm sido discursivamente produzidos. E nesse movimento:

“Alguns grupos homossexuais permanecem lutando por reconhecimento e legitimação, buscando sua inclusão, em termos igualitários, ao conjunto da sociedade; outros estão preocupados em desafiar as fronteiras tradicionais de gênero e sexuais, pondo em xeque as dicotomias masculino/feminino, homem/mulher, heterossexual/homossexual; e ainda outros não se contentam em atravessar as divisões mas decidem viver a ambiguidade da própria fronteira” (LOURO, 2001, p. 546).

Assim, percebe-se que da mesma maneira que ocorreu um questionamento do sujeito “mulher” no interior do movimento feminista, quando a discussão perpassa a sexualidade, outras vozes se fazem ouvir, outras demandas e problemáticas se evidenciam, sendo necessário debater também a identidade sexual. Repensar a relação sexo/gênero/sexualidade, nos permite questionar, por exemplo, o princípio de uma sexualidade compulsoriamente imposta pela sociedade.

Afirmar uma identidade (seja ela masculina ou feminina, heterossexual ou homossexual) supõe demarcar fronteiras e implica numa disputa quanto as formas de representá-la. Assim como ocorre com a questão da identidade de gênero e do sujeito “mulher”, ocorre também com a identidade sexual e suas representações; expõe-se as contradições, algumas fraturas e, gradativamente, também vão surgindo novas proposições e formulações teóricas.

É nesse contexto que surge o movimento *Queer*, que segundo Louro, pode ser traduzido por estranho, ridículo, raro, excêntrico, extraordinário. Era uma expressão usada de forma pejorativa para atacar pessoas homossexuais. A partir de 1990, na tentativa de ressignificar um termo antes utilizado como insulto, um grupo que defendia as diversas formas de exercer a

sexualidade assume o termo *queer* como forma política de manifestação afirmativa, com a ideia de contestação, não somente à heteronormatividade compulsória, mas também, como crítica à normalização e estabilidade proposta pela política de identidade do movimento homossexual dominante (LOURO, 2001, p.546).

Judith Butler é uma autora destacada dentro da teoria *queer*, justamente porque, conforme já indicamos anteriormente, a autora vem questionando o binarismo como fundamento. E neste sentido, conseguiu subverter as noções de homem/mulher, masculino/feminino, heterossexual/homossexual ao propor a possibilidade de romper a ordem da sequência sexo/gênero/desejo, denunciando também a heterossexualidade compulsória de nossa sociedade.

De maneira geral, a teoria *queer* está articulada a um grupo de intelectuais que representa a “diferença que não quer ser assimilada ou tolerada”. Segundo Louro, a emergência do movimento *queer* ultrapassa as questões pontuais relativas às pessoas homossexuais, está vinculada ao pensamento pós-estruturalista, problematiza noções clássicas de sujeito, de identidade, de identificação (LOURO, 2001, p.547).

Para a autora:

“*Queer* é tudo isso: é estranho, raro, esquisito. *Queer* é, também, o sujeito da sexualidade desviante – homossexuais, bissexuais, transexuais, travestis, drags. É o excêntrico que não deseja ser ‘integrado’ e muito menos ‘tolerado’. *Queer* é um jeito de pensar e de ser que não aspira o centro nem o quer como referência; um jeito de pensar que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambiguidade, do ‘entre lugares’, do indecível. *Queer* é um corpo estranho, que incomoda, perturba, provoca e fascina” (LOURO, 2004, p. 7-8).

Como vimos, os estudos de Foucault mostraram-se de grande relevância para as teorizações feministas. Há vários pontos de convergência entre as formulações feministas e as reflexões de Foucault, principalmente ao que se refere à crítica aos modos de sujeição na modernidade e à busca de outras possibilidades de existência. Sobre isso, Rago discorre no artigo *Estar na hora do mundo: subjetividade e política em Foucault e nos feminismos* (2019).

Sabemos que Foucault investe sua busca intelectual para entender como chegamos a ser o que somos, ou seja, como se dá a constituição do sujeito em relação ao poder, à verdade e à subjetivação. Para Rago (2019), as teorizações de Foucault sobre o poder, a liberdade, o sujeito, a sexualidade e o corpo ofereceram uma linguagem conceitual sofisticada para abordar e nomear temas que envolvem a produção da subjetividade e que resultaram bastante fecundas diante de algumas interpretações do feminismo.

Primeiro, porque as problematizações e operadores de Foucault auxiliaram as feministas a denunciar que as relações de gênero e as interpretações que fazem parte do imaginário social e cultural são atravessadas, assim como todos os saberes, por relações de poder. E depois, porque suas problematizações sobre sujeito, liberdade e ética, possibilitaram analisar as estratégias e práticas desenvolvidas pelo próprio feminismo, no que concerne à autonomia das mulheres e ao reconhecimento social da cultura feminina/feminista na criação de propostas transformadoras de si e de novos mundos.

Foucault mostra que “movimentos de contraconduta” “emergem continuamente em reação à governamentalidade ou a condução de condutas, como manifestações do desejo de não ser governado, ou, pelo menos, de não ser governado desse modo” (FOUCAULT, 2008, p. 257 apud RAGO, 2019, p. 6-7).

Considerações Provisórias

Busco com esse trabalho contribuir para o debate sobre o gênero no que concerne o âmbito da educação. Gostaria de corroborar com as provocações que questionam práticas e discursos que tomam como base um padrão único de “normalidade” de comportamento, de idealização do feminino e do masculino, e da compulsoriedade imposta às práticas e aos desejos do corpo e da subjetividade de cada pessoa.

Este é apenas um estudo introdutório, no qual contextualizamos brevemente o conceito de gênero e entramos em contato com algumas referências que trabalham desde a perspectiva pós-estruturalista. Muitos conceitos aqui apresentados careceriam de maior aprofundamento teórico, e consequentemente, implicariam em outros questionamentos e proposições. No entanto, acredito que a intenção de trazer elementos importantes para iniciar o debate foi alcançada.

Vimos através desse estudo que o gênero é um conceito passível de transformação, de processo de disputa e ressignificação. Faz-se necessário pensar sobre gênero no interior dos diversos grupos (étnicos, raciais, religiosos, de classe, etc.), e também em como se estabelece conforme as complexas redes de poder, através das instituições, dos discursos, dos códigos, das práticas e dos símbolos que constroem hierarquias, classificações, atribuição de valores.

Demonstrou-se que o feminismo tem questionado o *status quo*, principalmente evidenciando contradições e questionando o falso determinismo de invenções sociais; que o feminismo propõe a construção de identidades femininas (e também masculinas) sobre outras bases, outros parâmetros conceituais. E nesse sentido, possibilita a construção de “múltiplas subjetividades pessoais, grupais, sexuais” (RAGO, 2001).

Podemos afirmar que o feminismo também contribuiu para “a mudança da sensibilidade e do imaginário cultural e na maneira pela qual as pessoas se relacionam consigo mesmas, se

percebem e se interpretam”. E conforme afirma Rago (2019, p. 04), “as práticas feministas de liberdade, ou a ativação de ‘política de nós mesmas’, ou de ‘políticas da subjetividade’ problematizam o que as mulheres são e o que querem ser, escapando às malhas de poder”.

Tivemos importantes avanços em múltiplas dimensões da vida das mulheres e da coletividade, como por exemplo, ao mostrar que o “pessoal é político”, ao desfazer as fronteiras entre o público e o privado, ao ampliar o conceito de política e de cidadania, ao subverter as noções do corpo e da sexualidade produzidas por relações de saber-poder, ao criar uma epistemologia própria (RAGO, 2019, p. 04).

Entendemos que tanto a identidade quanto a diferença são criadas socialmente, e completamente envolvidas em relações de poder. Há que ressaltar, ainda, que a cada patamar de liberdade alcançado, quanto mais se conquistou espaço, voz e visibilidade, mais as forças reacionárias e conservadoras se fazem sentir. Não por acaso, presenciamos um fortalecimento de movimentos misóginos e machistas. Setores tradicionais se empenham em campanhas para retomada de valores, se expressam através de intolerância e preconceitos, fazendo-nos conviver com dados assustadores de mortes e violência extrema, mas também fazendo a nossa luta cada vez mais urgente e necessária.

Também, no que concerne à educação, as forças conservadoras se manifestam. Podemos verificar isso, por exemplo, nas absurdas demandas de que não se discuta gênero nas escolas, como se fosse possível resolver ou evitar algum possível “problema”, com o simples fato de não se pronunciar determinada palavra no ambiente escolar. Como se ignorassem que a escola é mais uma instituição social, constituída e constituinte de nossas práticas, e dessa maneira, está completamente relacionada com a constituição da identidade dos sujeitos, seja ela política, de gênero ou sexual. E a presença da sexualidade nas escolas,

“...independe da intenção manifesta ou dos discursos explícitos, da existência ou não de uma disciplina de ‘educação sexual’, da inclusão ou não desses assuntos nos regimentos escolares. A sexualidade está na escola porque ela faz parte dos sujeitos, ela não é algo que pode ser desligado ou algo do qual alguém possa se ‘despir’” (LOURO, 2003, p. 81).

O debate é necessário não somente na esfera da educação, mas deve ser levado ao nível de todas as nossas práticas cotidianas. Afastarmo-nos de proposições essencialistas sobre o gênero, nos exige pensar de maneira plural sobre os projetos e representações diversas, tanto de mulheres quanto de homens, não somente na dimensão individual, mas de maneira coletiva e cultural, enfatizando a importância de se pensar na possibilidade de criar outros modos de subjetivação, outros modos de existência e de convivência que escapem as formas normalizadoras e hierárquicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Elisa Amanda Santos do. **Feminismo negro**: perspectivas, estratégias e condições de existência. Orientação de Ângela Fátima Soligo. Campinas, SP: [s.n.], 2017. TCC DIGITAL. (1 recurso online (44 p.)), il., digital, arquivo PDF. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000993715&opt=4>>. Acesso em: 11 mar. 2019.

BAGETTI, Aline. **Feminismos e criação de micropolíticas no plano da diferença**. 2014. 149 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/253932>. Acesso em: 4 jul. 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. 16. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2017. 287 p. (Sujeito e história). ISBN 9788520006115 (broch.).

BUTLER, Judith. Regulações de gênero. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 42, p. 249-274, jun. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332014000100249&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 14 maio 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-8333201400420249>.

DICIONÁRIO crítico do feminismo. Organização de Helena Hirata. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2009. 341 p. ISBN 9788571399877 (broch.).

FERNANDES, Danubia de Andrade. O gênero negro: apontamentos sobre gênero, feminismo e negritude. **Rev. Estud. Fem.** Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 691-713, dez. 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2016000300691&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 14 maio 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584-2016v24n3p691>.

FOUCAULT, Michel. **Historia da sexualidade 3**: o cuidado de si. 8. ed. Rio de Janeiro, RJ: Edições Graal, 2005. 246 p.

GALLO, S. Cuidar de si e cuidar do outro: implicações éticas para a educação dos últimos escritos de Foucault. In: Gondra J, Kohan W, organizadores. **Foucault: 80 anos**. Belo Horizonte: Autêntica; 2006. p. 177-190.

GALLO, Silvio. Do cuidado de si como resistência à biopolítica. In: BRANCO, G.C. & VEIGA-NETO, A. (Orgs.). Foucault -Filosofia e Política. Belo Horizonte: Autêntica, pp.371-391, 2011a.

GALLO, Silvio. Repensar a educação: Foucault. *Educação & Realidade*. Porto Alegre: UFRGS, v.29, n.1, jan/jun.2004, p.79-97.

HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 16, p. 193-210, abr. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522015000200193&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 14 maio 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220151608>.

LOURO, G. L.. *Gênero, História e Educação: construção e desconstrução*. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n.2, p. 101-132, 1995.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 17-23, ago. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072008000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 14 maio 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73072008000200003>.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, n. 46, p. 201-218, dez. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982007000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 14 maio 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-46982007000200008>.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. 179p. (Educação pós-crítica). ISBN 8532618626 (broch.).

LOURO, GUACIRA LOPES. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000200012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 19 jun. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200012>.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2004. 90 p. ISBN 8575261169.

MARCELLO, Fabiana de Amorim; FISCHER, Rosa Maria Bueno. Cuidar de si, dizer a verdade: arte, pensamento e ética do sujeito. **Pro-Posições**, Campinas, v. 25, n. 2 (74), p. 157-175, maio/ago. 2014.

MARIANO, Silvana Aparecida. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 483-505, dez. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2005000300002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 14 maio 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2005000300002>.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, set./dez. 2006 **METODOLOGIAS FEMINISTAS E ESTUDOS DE GÊNERO:: ARTICULANDO PESQUISA, CLÍNICA E POLÍTICA. Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, p.647-654, 2006.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 9, jan. 2000. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917/11167>>. Acesso em 09 maio 2019.

O CORPO educado: pedagogias da sexualidade. Coautoria de Guacira Lopes Louro. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000. 174p. ISBN 8586583332 (broch.).

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p.15-23, jun. 2010.

RAGO, M. Descobrindo historicamente o gênero. **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 89-98, 1 jan. 2013.

RAGO, Margareth. “Estar na hora do mundo”: subjetividade e política em Foucault e nos feminismos. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 23, e180515, 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832019000100150&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 14 maio 2019. Epub 28-Fev-2019. <http://dx.doi.org/10.1590/interface.180515>.

RAGO, Margareth. Epistemologia Feminista, Gênero e História. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam. **MASCULINO, FEMININO, PLURAL**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998. p. 1-17.

RAGO, Margareth. Feminismos e subjetividade em tempos pós-modernos. In: COSTA, Cláudia de Lima; SCHIMIDT, Simone Pereira. Poéticas e políticas feministas. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2004. 31-41.

RAGO, Margareth. Feminizar é preciso: por uma cultura filógina. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 53-66, jul. 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000300009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 14 maio 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392001000300009>.

RIBEIRO, Djamila. FEMINISMO NEGRO PARA UM NOVO MARCO CIVILIZATÓRIO: Uma perspectiva brasileira. **Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos**, Ensaios, v. 13, n. 24, p.99-104, 2016.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 35-50, ago. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 14 maio 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2004000200003>.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 5-22, jul. /dez. 1990.

SCOTT, Joan W. O enigma da igualdade. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11-30, abr. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-

026X2005000100002&lng=pt&nrm=iso>.

Acesso

em 14 maio 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2005000100002>.

SOIHET, Rachel. Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 591-612, dez. 2005. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2005000300008&lng=pt&nrm=iso)

026X2005000300008&lng=pt&nrm=iso>.

Acesso

em 14 maio 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2005000300008>.

TONELI, MJF. Sexualidade, gênero e gerações: continuando o debate. In JACÓ-VILELA, AM., and SATO, L., orgs. *Diálogos em psicologia social* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. p. 147-167. ISBN: 978-85-7982-060-1. Available from SciELO Books.